

--- N.º 2/2018 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

--- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---PRIMEIRO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

---SEGUNDO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----

---TERCEIRO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

---QUARTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA RNM – PRODUTOS QUÍMICOS, SA., COM SEDE NA RUA DA FÁBRICA, Nº 123 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E BENTE DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MONTANTE DE 11. 200.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---QUINTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SÃO CLÁUDIO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM, NO MONTANTE GLOBAL DE 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E RESPECTIVAS OBRAS COMPLEMENTARES, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---SEXTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E

SOCIAL 1º DE MAIO DA FREGUESIA DE REQUIÃO, NO MONTANTE GLOBAL DE 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E RESPETIVAS OBRAS COMPLEMENTARES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE ANUAL DE 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS EUROS) PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FIM NÃO HABITACIONAL DE UMA FRAÇÃO AUTÓNOMA, SITA NA RUA AUGUSTO CORREIA, CENTRO COMERCIAL GALIZA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**OITAVO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR UM PERÍODO DE 60 DIAS, DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA E) -----

---**NONO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA MESA QUE PROPÕE A ESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A RESPETIVA ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS, CUJOS ESTATUTOS SE ANEXA. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Heitor Rui Santos Bernardo e Rita Sangreman Proença Pires de Lima, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA---**FALTOU** -----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----

---ANDRÉ FILIPE FERREIRA DOS REIS -----

---ANDREIA FERREIRA TAVARES -----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES---**FALTOU** -----

---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA -----
---ANTÓNIO JOAQUIM GOMES FARIA -----
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----
---AVELINO FREITAS SILVA -----
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----
---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO -----
---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA -----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES -----
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---CÉLIA MARIA OSÓRIO COSTA -----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU -----
---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO -----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO -----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA -----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----

---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----
---MANUEL SILVA ALVES -----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES-----
---MARIA ADELINA ORTIGA CASTRO -----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA-----
---MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES---FALTOU-JUSTIFICOU-----
---MÁRIO AUGUSTO SOUSA MONTEIRO SILVA -----
---PAULA CRISTINA AZEVEDO SANTOS -----
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA -----
---PEDRO MIGUEL DA CRUZ ARAÚJO -----
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----
---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----
---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
---RUI MIGUEL SÁ FARIA -----
---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----
---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----
--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)-----

---Informou que, por impedimento profissional, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou à bancada do CDS-PP que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal.-----

--- Colocou à discussão e votação a ata da Assembleia Municipal de vinte e dois de fevereiro de 2018. Informando que, o senhor Deputado, Daniel Sampaio do Grupo Municipal da CDU, solicitou à Mesa a correção da transcrição de uma palavra não será “educativa mas sim evocativa”, a votação será com esta alteração.-----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

--- Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e dois de fevereiro de 2018 com a devida alteração, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Deu conhecimento da adjudicação relativa à assunção de encargo plurianual seguinte:-----

--- BRANCO TRATADO – Comércio e Indústria de Madeiras – fornecimento de madeiras, em regime de fornecimento continuado, no decurso do período de 1 (um) ano, cuja adjudicação contempla a assunção de compromisso de despesa durante os anos económicos de 2018 e 2019. -----

Informou também os senhores Deputados que está para consulta nos serviços da Assembleia Municipal, o dossiê de Estatuto do direito de Oposição 2017 e o Relatório de Atividades da CPCJ 2017. Deram entrada na Mesa cinco propostas que vão ser apresentadas pela ordem de entrada. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) - fez a leitura da moção que é do seguinte teor:-----

---“ Moção sobre a transferência de competências. -----

--- Sob a capa da municipalização dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais - definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planear os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas.-----

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera

desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira. -----

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.-----

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública.-----

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. -----

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.-----

Face aos projetos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 30 de Abril de 2018, delibera:

1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações. -----

2.Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias. -----

3.Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos.-----

4.Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local. -----

5.Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.” -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - fez a leitura da moção que é do seguinte teor:-----

---“ Moção sobre o 1º de Maio. -----

Em 25 de Abril de 1974, o movimento heroico dos capitães de Abril, unidos no MFA, com um gigantesco apoio popular, acabou com 48 anos de ditadura fascista e trilhou um caminho árduo e rico de transformações democráticas, da restituição e consagração das mais amplas liberdades e direitos e impulsionou transformações económicas e sociais. -----

Hoje, o país continua a necessitar do desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às várias necessidades dos trabalhadores e das populações. -----

Parte integrante do regime democrático é o Poder Local, conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos, dotado de uma autonomia administrativa e financeira. -----

Logo após o 25 de Abril, com a instalação das comissões administrativas, o Poder Local teve um amplo apoio das populações, vindo a ter consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excediam em larga medida as suas competências.-----

As comemorações da Revolução de Abril, como as de amanhã do 1.º de Maio, são momentos de afirmação para a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, são também altura ímpar para a resposta aos problemas do povo e do País, na defesa de uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento que vive no coração dos portugueses e que melhor se traduz na convergência e unidade dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.-----

Face ao exposto, a AM de V. N. de Famalicão, reunida a 30 de Abril de 2018, delibera:-----

1. Saudar e defender os valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e a exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.-----
2. Saudar também a participação da população famalicense nas manifestações alusivas ao 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador.” -----

--- **FILIPA OLIVEIRA (PS)** – fez a leitura dos votos de congratulação que são do seguinte teor: ---

--- “O grupo Municipal do Partido Socialista congratula os empresários famalicenses pelo magnífico trabalho e dedicação que permitem a este município ser considerado novamente o terceiro município mais exportador do país. -----

O volume de exportações do município é neste momento o dobro do volume das importações, o que nos permite registar uma balança comercial positiva, destacando claramente a alta *performance* das empresas famalicenses e o seu papel singular para que ano após ano o volume de transações com o exterior tenha vindo a crescer exponencialmente. -----

De acordo com uma nova sondagem da empresa *Bloom Consulting*, intitulada de *Ranking dos Municípios*, que avalia a atratividade de cada município em três variáveis concretas, Negócios, Visitar e Viver, somos o pior município do quadrilátero urbano, em todas as variáveis, ocupando o 15º lugar do Ranking regional do Norte.-----

É de salutar, a iniciativa, a persistência e audácia dos nossos empresários, que contrariando estatísticas, continuam a acreditar em Vila Nova de Famalicão para investir e fazer crescer diariamente, não só as suas empresas, mas também o nosso município.” -----

---“ No passado mês de Março, decorreu nas Caldas da Rainha o World Championship All Styles 2018 nas Caldas da Rainha.-----

A prova contou com cerca de 4000 atletas em representação de mais de 44 países. Esta competição internacional reuniu alguns dos melhores atletas do mundo e Grão-Mestres máximos líderes das Federações Internacionais e de estilos de Artes Marciais.-----

A Federação Portuguesa de Alex Ryu Jitsu, representando as cores do nosso concelho e país, teve um desempenho excelente, conquistando 112 medalhas, sendo 30 de ouro, 32 de prata e 50 de bronze. -----

Com este resultado, a Federação de Alex Ryu Jitsu, que se destacou como uma das mais medalhadas, consolidou ainda mais, as excelentes participações que tem vindo a ter. -----

Pelo excelente trabalho e resultados, não só neste campeonato, mas também pelo trabalho desenvolvido até então, o Grupo Municipal do PS, propõe que seja aprovado um voto de congratulação, á Federação Portuguesa de Alex Ryu Jitsu. -----

Que desta decisão seja dado conhecimento á Federação Portuguesa de Alex Ryu Jitsu. -----

--- **RUI FARIA (PS)** – fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor:-----

--- “Mais investimentos, melhores equipamentos e mais qualidade de vida para os Famalicense - Governo do PS continua a investir em Famalicão com arranque das obras na esquadra da PSP Famalicão. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão considera ser justo e relevante que a Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão expresse a sua congratulação e regozijo pelo arranque das obras na esquadra da PSP de V.N. de Famalicão na medida em que se trata de mais um investimento em V.N. de Famalicão do Governo do PS, liderado pelo Dr. António Costa, que assume grande importância para a segurança dos Famalicense e condições de trabalho da PSP. Esta é mais uma obra que o Governo do PS está a realizar no concelho de V.N. de Famalicão, criando, em vários domínios, melhores condições de vida para os Famalicense o que certamente merece a satisfação e regozijo dos Famalicense. -----

O edifício da esquadra da PSP, que foi inaugurado há mais de 30 anos, nunca foi alvo de qualquer remodelação, pelo que já há mais de uma década que se reclamava pela necessidade de uma empreitada de requalificação total da esquadra que agora vai avançar. O Governo tem uma previsão de 540 mil Euros para o custo da intervenção na esquadra da PSP de V.N. de Famalicão, sendo este um valor meramente estimativo dado que o projeto de execução é que determinará o valor real da obra. As obras estão garantidas como prioritárias de acordo com a decisão do Governo de as inscrever na Lei de programação de equipamentos do Ministério da Administração Interna. Trata-se de uma obra muito necessária e para a qual o Governo já assumiu o compromisso de que não será uma mera operação de cosmética, mas o que se pretende é a reformulação do edifício a fundo de forma a que a população fique servida e as condições de trabalho melhorem substancialmente. -----

Por razões de ordem prática e para melhor agilizar a burocracia dos procedimentos de obras, o Governo, através da Secretaria Geral da Administração Interna, celebrou com o Município de V.N. de Famalicão um contrato de cooperação administrativa para instalações em que, conforme o acordado, o Governo paga todos os custos com as obras de reabilitação e requalificação da esquadra da PSP de V.N. de Famalicão. Os programas, ações e investimentos já realizados, em curso e previstos pelo Governo do PS para o concelho Famalicense representam uma aposta clara do Governo em Famalicão. Além das obras na esquadra da PSP, recorde-se apenas alguns exemplos da multiplicidade e variedade de investimentos do Governo do PS no concelho de V.N. de Famalicão. Na economia: o Governo, através dos seus programas de investimento, apoiou as empresas Famalicenses com cento e um milhões setecentos e cinquenta e seis mil Euros através do sistema de incentivos do Governo Portugal 2020. Só no concelho de V. N. de Famalicão, o Governo fez uma aposta clara no investimento com quase 102 Milhões de Euros que chegaram a 161 empresas de V.N. de Famalicão. No emprego, educação e formação profissional: desde o início da legislatura que o Governo do PS já injetou mais de 7 milhões de Euros no apoio às empresas Famalicenses, através do Centro de Emprego de V.N. de Famalicão enquanto instituição do concelho operacional das medidas disponíveis pelo IEFP. Nas obras públicas: construção da Variante à Estrada Nacional 14, com construção de nova ponte sobre o Rio Ave e valorização de acessos às zonas industriais. No património e cultura: trabalhos de conservação e valorização da Ponte da Lagoncinha, na freguesia de Lousado. Nos transportes e infraestruturas: obras de modernização da Linha de comboios do Minho, que globalmente representa um investimento de cerca de 83,2 milhões de Euros, com a

eletrificação do Troço Nine/Viana do Castelo. Na saúde: o CHMA – Hospital de Famalicão vai fazer diversos investimentos durante o ano de 2018, no valor de 1,5 milhões de Euros, que contribuirão para significativas melhorias no conforto e segurança dos utentes e condições de trabalho dos profissionais. -----

Assim, o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão, propõe que a Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão delibere: -----

1.Expressar a sua congratulação e regozijo pelo arranque das obras na esquadra da PSP de V.N. de Famalicão, na medida em que se trata de mais um investimento e obra que o Governo está a realizar no concelho de V.N. de Famalicão, criando assim, em vários domínios, melhores condições de vida para os Famalicense o que, naturalmente, merece a satisfação e apreço da sua Assembleia Municipal; -----

2.Dar conhecimento deste Voto de Congratulação ao Governo através do Senhor Primeiro Ministro.”-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito rapidamente para dar conta do nosso sentido de voto em relação a alguns votos que foram propostos pelas forças partidárias. Dizendo que, o PSD vai votar favoravelmente a moção apresentada pela CDU – “Abril e Maio Sempre”, somos de facto um Partido democrático que comunga dos mesmos objetivos que não os mesmos meios deste Partido e nada tem a opor quanto aos considerandos que estão vazados nesta moção. -----

De igual modo iremos votar a favor o voto de congratulação apresentado pelo partido Socialista em relação à Associação Desportiva ALEX RYU JITSU. -----

No que respeita ao voto de congratulação, do mesmo partido Socialista em relação aos Empresários Famalenses, gostaríamos de dizer o seguinte, está no nosso *ADN* como Partido Social Democrata que somos a forte convicção na iniciativa privada e dentro desta nos Empresários Famalenses e Portugueses. Acreditamos que a iniciativa privada é um motor de qualquer sociedade e qualquer economia, e portanto, através das ações que nós reconhecemos acreditamos plenamente nos Empresários. Acontece porém, que este voto do partido Socialista quanto mais não seja é irónico, porque bem sabem que, ao colocar um voto desta forma estarão propositadamente a pedir que o Grupo Municipal do PSD vote contra. Nós não precisamos de dizer aos empresários que estamos contentes com eles e que contamos com eles. Os Empresários sabem que esta Câmara Municipal, que este Executivo e que este Grupo Municipal lhes dá todo o apoio na iniciativa naquilo que é a

ambição como Empresários Famalicenses. Agora não podemos concordar com os considerandos que aqui são tecidos quando se diz que o nosso Concelho ocupa o 15º lugar no ranking regional do norte, quando se diz que o nosso Concelho não é amigo para os Empresários. Eu penso que no dia-a-dia, penso que com a atividade da Câmara, penso que com todas as iniciativas que têm sido lideradas e acompanhadas por este Executivo, os Empresários de Famalicão tal como toda a gente que trabalha em Famalicão, sabem que têm a nossa congratulação. Não aderiremos porém a este voto porque de congratulação não tem nada, iremos votar contra o voto de congratulação do partido Socialista.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Obrigado pela preocupação com o pouco tempo que me resta, antes de mais e sendo curto ficamos a saber que o PSD só pode votar favoravelmente os votos do partido Socialista desde que eles sejam curtos, para primeira conclusão. -----

Relativamente sobre a moção da Transferência de Competências do Grupo Municipal da CDU, dizendo que no cômputo geral, ideias que nos levam a que sejamos favoráveis, no entanto há alguns considerandos e algumas conclusões, peço alguma benevolência da Mesa só para poder terminar, que fazem com que não possamos votar favoravelmente este voto e iremos abster-nos.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Sobre o voto de congratulação do partido Socialista que a coberto das obras na PSP de Vila Nova de Famalicão, tenta na sua nota justificativa vender a ideia de que o atual governo aposta em Vila Nova de Famalicão. Nada, nada, rigorosamente mais falso. Um governo que no âmbito do mesmo programa, o denominado programa da melhoria das acessibilidades às áreas de localização empresarial, comparticipa em 62% as obras em Vila Nova de Famalicão, mas fala em 85% no Concelho vizinho de Guimarães, não é um governo que aposta em Vila Nova de Famalicão mas um governo que descrimina Famalicão. Um governo que comparticipa em 300 mil euros ANO – Plataforma das Artes e Criatividade na cidade de Guimarães, mas nega todo e qualquer apoio à Casa das Artes em Famalicão, não é um governo que aposta em Famalicão, é um governo que descrimina Famalicão. Um governo que adia para finais de 2019 a abertura da loja do cidadão, alegando problemas da obtenção do financiamento por força da mudança do Quadro Comunitário de Apoio, circunstância que não constituiu qualquer impedimento para que outras quatro lojas do cidadão, nas mesmas condições das de Vila Nova de Famalicão, mas sedeadas num Município liderado pelo partido Socialista e tivessem obtido o respetivo financiamento. Quem assim procede não é um governo que aposta em Famalicão, é um governo que descrimina

Famalicão. Um governo que no âmbito da programação das infraestruturas e equipamentos, deixa de fora a requalificação do Posto da GNR de Famalicão, coloca em último lugar das suas prioridades o Posto da GNR de Riba D’Ave, depois de considerar mais prioritários investimentos manifestamente menos urgentes como o caso dos Postos da GNR das Taipas e de Lordelo, já se está a ver porquê, porque estamos no Município de Guimarães. Não é um governo que aposta em Famalicão, é um governo que descrimina Famalicão. Injustificadamente se atrasa nos compromissos e acumula dívidas de milhões de euros às escolas profissionais de Famalicão, não é um governo que aposta em Famalicão, é um governo indiferente às dificuldades monetárias das famílias dos alunos. Indiferente à asfixia financeira das instituições de crédito, indiferente aos salários em atraso dos trabalhadores. Um governo que desinveste da forma que é pública na saúde e muito concretamente no Centro Hospitalar do Médio Ave, com todas as consequências que são hoje conhecidas, não é um governo que aposta em Famalicão, é um governo indiferente à dor e ao sofrimento dos utentes daquele Centro Hospitalar de Vila Nova de Famalicão, indiferente ao empenho, ao sacrifício e disponibilidade dos seus profissionais. Por todas estas razões, o PSD naturalmente, não vai votar a favor o voto de congratulação do partido Socialista.-----

Relativamente à CDU, dar conta senhor Deputado, Daniel Sampaio, não devemos confundir a descentralização como municipalização. Como sabe a municipalização pode-se operar, ora por transferência de competências, ora por delegação de competências, ora por regionalização. O que está em curso no Parlamento, são propostas no sentido ou em todos os sentidos, mas todas elas igualmente válidas numa discussão que se quer ampla e amplamente discutida. Uma coisa no entanto devo dizer, o PSD não concorda com a esmagadora maioria dos considerandos na nota justificativa da moção da CDU sobre a Transferência de Competências, mas está disponível para votar favoravelmente alguns dos seus pontos se a CDU se disponibilizar a que essa votação possa ser feita em separado conforme prevê o Regimento.-----

---**RICARDO COSTA (CDS/PP)** – Sobre os documentos apresentados pelo partido Socialista e pela CDU. Relativamente a moção da CDU “Abril e Maio Sempre”, porque acreditamos em Abril, acreditamos em Maio, mas lembramo-nos sempre que a democracia existe porque existiu também Novembro. Portanto, pela falta de Novembro, vamo-nos abster. -----

Relativamente ao voto de congratulação que o PS apresentou acerca do evento que decorreu nas Caldas da Rainha, naturalmente, vamos votar a favor. -----

Relativamente ao voto de congratulação do PS, por princípio tal qual como o nosso parceiro de bancada o definiu, acreditamos no valor e na iniciativa privada. De qualquer das formas os vossos fundamentos não têm o acolhimento da bancada do CDS/PP. -----

Relativamente à moção apresentada pela CDU, vamos votar contra, porque não aceitamos a fundamentação apresentada. Por último, no que diz respeito ao voto de congratulação, que o partido Socialista apresentou, dois ou três considerandos que, naturalmente, nos impedem de votar favoravelmente como devem compreender. Primeiro, as obras da PEC que se irão fazer na PSP e sobre o qual a ser dado o voto de congratulação teria que ser ao Governo e à Câmara Municipal, que assim fosse. A iniciativa partiu da Câmara, e partiu da Câmara porque sem o protocolo assinado entre esta e o Governo não era possível a realização das referidas obras num edifício da tutela da Administração Central, no entanto, deixem-me dizer-vos que o valor não são os 500 mil euros que estão referidos nesse protocolo, mas são 145 mil euros, e a obra em si é a requalificação do telhado. Portanto, pelo telhado nós começamos. Relativamente a todas as outras obras, e eu vejo aqui umas obras que quase já não são no distrito de Braga quanto mais no concelho de Vila Nova de Famalicão, eu acho que Nine, e está cá o senhor Presidente de Junta, o troço Nine/Viana do Castelo é já fora do concelho de Vila Nova de Famalicão. Por estas razões e mais algumas que vou-me abster de enumerar, o CDS/PP vai votar contra. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO – Senhor Deputado, Jorge Oliveira, eu vou dar-lhe a palavra mas peço-lhe que para efeitos do Artigo 62º nº4, do Regimento que o PSD enuncie antes quais os pontos que gostava de ver votados em separado. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Nós gostaríamos de votar em separado os pontos 1 e 5 em conjunto, portanto ao mesmo tempo, 3 e 4 ao mesmo tempo e o ponto 2, ou seja, a mesma votação para os pontos 1 e 5 que pode ser em simultâneo, em simultâneo os pontos 3 e 4, e uma votação apenas para o ponto 2. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO – Senhor Deputado, sendo então aceite pelo Grupo Municipal da CDU, obviamente que a proposta não pode ser alterada sem o consentimento do Grupo que a propõe, sendo aceite esta conversão a proposta convertia-se em três, uma com o ponto 1 e 5, outra com o ponto 3 e 4, outra com o ponto 2. Passo a palavra ao senhor Deputado, Daniel Sampaio, para se pronunciar se aceita ou se não aceita. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Antes de mais não queria deixar passar em claro e lembrar ao senhor deputado do CDS/PP que me antecedeu, também não vê na nossa moção a referência a janeiro ou fevereiro, a março e a setembro também não vê, portanto fica a consideração. Relativamente à questão que é proposta, a CDU, porque se estivéssemos aflitos com esta matéria que está em ressurgimento, é uma matéria que ainda está em discussão, nós preferimos e sabendo de antemão que não passaremos disto com uma farta cabeleira não queremos aqui sujeitar-nos a uma carecada. Portanto, não aceitamos a introdução da metodologia proposta pelo grupo Municipal do PSD. Já que ainda tenho algum tempo, referir duas questões. Há um voto de congratulação que nos merece a votação afirmativa, a questão do governo custa-me ver e por isso vamos assumir uma posição de abstenção. Tantas louas traçadas e dirigidas ao governo, não tenha surgido apenas uma única crítica porque há tantas e tantas críticas a fazer-se. -----

Relativamente ao voto dos empresários, porque está num tom que não nos parece o mais cordato e que não é necessário, e estou aqui sem querer a subscrever um pouco a posição do Grupo Municipal do PSD, nós também votaremos contra. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** – Relativamente à separação da votação dos pontos da moção da CDU, a mesma não tendo sido aceite pela CDU, continua a moção de forma integral e assim será votada sem qualquer alteração.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, FOI A MESMA REJEITADA COM CINQUENTA E DOIS VOTOS CONTRA, DOIS VOTOS A FAVOR E ONZE ABSTENÇÕES.**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE A ABRIL E MAIO SEMPRE, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E SETE ABSTENÇÕES.**-----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE AOS EMPRESÁRIOS FAMILICENSES, FOI O MESMO REJEITADO, COM CINQUENTA E UM VOTOS CONTRA, DEZ VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.**-----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ALEX RYU JITSU, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, RELATIVAMENTE AOS INVESTIMENTOS NO CONCELHO, FOI O MESMO REJEITADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS CONTRA, ONZE VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.**-----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da: -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**MÁRCIA NUNES (PS)** – Senhor Presidente, olhamos com preocupação para a descaracterização daquilo que foi a Queima das Fitas em Famalicão no presente ano. Como Vossa Excelência bem saberá, esta festa tem um enorme simbolismo para os nossos finalistas e estudantes universitários. É o culminar de uma etapa para os nossos jovens e o início de uma outra tão ou mais importante, desta feita, temos que ao longo de pelo menos três ou quatro anos o jovem universitário depositou toda a sua confiança na capacidade dos institutos superiores de ensino do nosso concelho. Entendemos que a formação desses jovens poderá ser uma mais-valia para o desenvolvimento e futuro do Município, pelo que deveriam ser protagonizadas políticas que levassem a fixarem-se cá para além do tempo de formação. Esta festa de final de ano e final de curso, deveria ser aproveitada pelo Município para a parabenização e aliciamento dos nossos jovens a permanecerem no concelho dando a esta uma festa em conformidade. Tomamos conhecimento, senhor Presidente, que esta festa foi reduzida para um espaço exíguo desvirtuando o espírito que está adjacente à tradicional Queima das Fitas. Questiono, senhor Presidente, se houve desinvestimento ou não por parte da Autarquia? E

se houve ou não afastamento dos participantes? E se o afastamento dos jovens não é proporcional ao desinvestimento? -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Sem querer violar qualquer confidencialidade, no prospeto da informação da Câmara nas suas duas últimas linhas, ou penúltimas linhas, são referidas duas reuniões com duas senhoras Secretárias de Estado, uma da Educação e outra da Justiça. Uma quanto à redefinição da Rede Escolar e outra quanto às Competências do Tribunal de Vila Nova de Famalicão. Não sei se será possível, se há alguma informação que seja passível de ser transmitida a este plenário e que valha a pena, se o Executivo entende que valha a pena relativamente a estes dois assuntos e o que é que resultou destas duas reuniões, até porque isto é um assunto que entronca com esta *trica* do debate que nos antecedeu, se o governo coopera ou não com o Município. E já agora, eu não me pronunciei, mas *a talho de foice* porque me é um assunto de alguma forma grato, o senhor Deputado, Jorge Oliveira, fez referência que o governo não apoia a Casa das Artes. A Casa das Artes também não tem a autonomia jurídica que o Vila Flôr tem, portanto há uma natureza que à partida impede a Administração Central de ter a mesma atitude. E já agora, não tem nada a ver com esta questão, mas *a talho de foice* e só como diria a direita radical, utilizando esse epíteto quando nos adjetivam, relativamente à moção Abril e Maio Sempre, e quase dá vontade de dizer senhor Deputado, novembro nunca mais! -----

---**JOANA SILVA (PSD)** – Em primeiro lugar, há que destacar que a organização da semana académica compete e apenas à Associação de Estudantes da CESPU e nunca da Universidade nem a qualquer entidade municipal. A atribuição de verbas para apoios associativos deverá respeitar o princípio da proporcionalidade em função dos seus representantes, neste caso, em sua representação académica. Nesse sentido, gostaria de saber qual é que foi a redução da Câmara para o apoio deste tipo de certame? Aproveito a oportunidade para congratular a Câmara Municipal e todo o seu Executivo, por tudo terem feito para a realização deste evento e pela dinamização das Associações Juvenis do nosso Município. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre as perguntas que aqui nos foram feitas e juntando as perguntas aqui apresentadas pelas eleitas do partido Socialista e do partido Social-democrata. Hoje celebramos, penso que sabem, o Dia do Associativismo Juvenil e estamos a falar de facto, de Associações Juvenis, as Associações Académicas como foi aqui trazido. Não sei se os senhores Deputados sabem, mas a Câmara Municipal aprovou na penúltima reunião de Câmara,

uma proposta análoga aquela que aprova todos os anos de apoio a esta atividade da Queima das Fitas. A Câmara Municipal manteve intacto o seu apoio à organização do evento, como sabem, nunca foi a Câmara Municipal quem organizou este evento. O evento sempre foi organizado pelas Associações Académicas, sempre foi no passado e é nosso propósito também que tivesse sido este ano. E portanto, a Câmara Municipal apoiou exatamente com o mesmo montante a organização do evento, porque o evento só contou com uma associação de estudantes a Associação de Estudantes da CESPU aconteceu que na última reunião de Câmara na passada quinta-feira, a Câmara Municipal teve de alterar a proposta porque reduziu o montante da comparticipação, porque se era um valor para cada uma das duas Associações e entretanto só uma Associação é que realizou a iniciativa a Câmara Municipal reduziu proporcionalmente o montante. Portanto, a Câmara Municipal fez este ano o que fez todos os anos no apoio a esta iniciativa. Acontece que, de informações que nós temos a Associação de Estudantes da Universidade Lusíada que por razões logísticas, eu não quero estar aqui a apurá-las e não é essa a minha competência, entendeu que não estavam reunidas as suas condições internas para participar nesta iniciativa. Ao que sei, havia falta de alguns instrumentos e não quero entrar aqui em pormenores da ordem académica, faltavam alguns instrumentos para que pudesse cumprir a tradição nesta altura, ainda se equacionou a possibilidade da Queima ser realizada noutra altura do ano mas depois isto não era compatível com as agendas, nomeadamente, com os planos de cursos. Penso que sabem, os planos de cursos das duas Universidades não são exatamente iguais, os períodos para exames não são na mesma altura e portanto, não era possível encontrar uma data que fosse coincidente. E por isso, o que Câmara Municipal fez, foi manter a data que estava definida e nessa circunstância a Associação de Estudantes da Universidade Lusíada não participou. O tema nem é das Universidades, nem é da Câmara Municipal, é das Associações de Estudantes e portanto, a Câmara Municipal obviamente, preferia que há semelhança dos outros anos essa tradição se tivesse cumprido, ela cumpriu-se em menor escala e já aqui foi referido, é uma iniciativa diferente e eu sei que foi diferente porque conheço o programa, a Câmara Municipal esteve representada no evento e portanto a circunstância é essa, a Câmara Municipal não reduziu o apoio, manteve o apoio da iniciativa e também nós gostaríamos que ela tivesse tido um envolvimento diferente. -----

Quanto às questões aqui trazidas pelo senhor Deputado do Bloco de Esquerda, sobre as reuniões em Lisboa com os dois Membros do Governo, elas aconteceram, aliás estão nas Informações como é

nossa obrigação. Os temas foram abrangentes, como é sabido na área da Justiça o Conselho na nossa opinião precisa de intervenções e na área da Educação também, aliás, ainda há pouco tempo aqui trouxemos esses temas. Eu preferia, porque são conversas que aconteceram no contexto destas relações bilaterais entre a Câmara Municipal e o Governo, eu preferia que não fossem conhecidas enquanto nós não tivermos respostas, neste momento não temos ainda as informações que precisamos sobre estas matérias, quando as tivermos obviamente que as partilharemos com todos e os senhores Deputados em concreto. -----

Sobre a pergunta da Casa das Artes, se o problema é não haver autonomia jurídica, os 300 mil euros anuais justificam a autonomia jurídica. -----

---**CARLA FARIA (PS)** – A oito de fevereiro esta Câmara Municipal, aprovou a atribuição de um apoio financeiro de trinta e dois mil e quinhentos euros, respetivamente à Associação Dar As Mãos e à ATPV Associação Cívica Tudo Pela Vida. Em conformidade ao que está referenciado no texto das Informações, é realmente importante que o Município assegure uma estreita cooperação com as Instituições e que realmente seja uma cooperação de contribuição de cobertura equitativa em termos de respostas sociais para os famalicenseiros. Verificando e tentando perceber as atividades desenvolvidas por estas Instituições de modo a que se perceba a atribuição destes financiamentos, tendo em conta o trabalho desenvolvido pela Associação Dar As Mãos e é um trabalho que não passa despercebido, até pela cobertura dada pelos media. Ao contrário tem-se alguma dificuldade em perceber e até alcançar a atividade desenvolvida pela ATPV. Ao consultar os *sites* destas duas Instituições, na Associação Dar As Mãos temos acesso aos projetos, atividades, programas de ação, orçamento e demonstrações financeiras dos últimos três anos. Consultasse o *site* da ATPV, o mesmo já não acontece, ou seja, não se tem acesso aos programas de ação, ao orçamento e demonstrações financeiras, não está disponibilizado o acesso às demonstrações financeiras. Portanto, ficamos sem perceber como é que esta Instituição, referenciada por esta Câmara com desempenho relevante na promoção de desenvolvimento social, aplica os vários subsídios atribuídos, como é que é gasto o dinheiro dos famalicenseiros. Senhor Presidente, porquê a atribuição do mesmo valor no apoio financeiro. A sensação que se fica, é que esta ATPV recebe o mesmo só pelo âmbito social semelhante, pelas respostas sociais serem quase idênticas pela apregoada equitativa que neste caso até dá jeito. Senhor Presidente, eu gostava de saber por que é que os apoios financeiros não deviam ter em conta os programas de ação, o trabalho de terreno, poderá esta

Câmara estar um pouco distraída e até desfocada das suas competências! Pergunto, qual é o controlo para saber se os apoios de financiamento são bem aplicados? -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhora Deputada, a Câmara Municipal e sempre que uma proposta pelo menos uma vez por ano, mas penso que mais do que isso, há um relatório de atividades destas Instituições que é levado ao conhecimento da Câmara Municipal e de todos os Vereadores que integram a Câmara Municipal, foi assim há pouco tempo que a Câmara Municipal debateu e aprovou por unanimidade a concessão destes apoios. A Câmara Municipal avalia a execução destas tarefas, que são tarefas sociais, as Instituições são diferentes nunca dissemos que elas eram iguais, mas no âmbito da sua ação elas desempenham o mesmo quadro de atividades e é nesse âmbito que nós as apoiamos. E portanto, são Instituições que estão ao serviço duma dimensão mais assistencialista da Câmara Municipal, nós temos um acompanhamento pormenorizado e permanente da execução desses apoios e portanto, o que estas Instituições fazem as duas não nos oferecem qualquer tipo de dúvida. Sob o facto de ter uma página na internet ou não, confesso que, é uma questão que me ultrapassa como deve compreender, é um problema da dinâmica de cada Instituição não é um problema que me diga respeito, nem vou ter interferência nisso. A mim só me interessa saber se os valores que a Câmara Municipal transfere para as Instituições são ou não são executados de acordo com aquilo que estava definido, ou seja, se os pressupostos são cumpridos. Até este momento, eu posso garantir aos famalicenses que os pressupostos estão a ser cumpridos, é a única garantia que eu posso deixar.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, duas questões muito rápidas, vimos nas Informações do senhor Presidente, alguns apoios a Freguesias e já na anterior sessão nós perguntamos se havia mais apoios que não tenham sido concedidos. Volto a fazer a pergunta, se além dos apoios mencionados se existem mais pedidos de apoios que não tenham sido concedidos.-- Outra pergunta, todos sabemos que o anterior governo PSD-CDS/PP foi bastante penalizador para o Concelho de Famalicão, encerrou centros de saúde, tirou competências ao tribunal, promoveu desemprego, promoveu imigração etc. Eu gostaria de saber, se o senhor Presidente da Câmara, nota alguma diferença relativamente ao governo da nação agora, se o governo da nação tem previsto encerrar mais algum centro de saúde, tirar competências ao tribunal e por outro lado, se as obras da PSP são ou não pagas pelo governo da nação. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Sobre as perguntas que o senhor Deputado acaba de fazer, devo dizer-lhe o seguinte, sobre os serviços que foram encerrados na anterior governação nenhum deles foi reaberto, não há nenhum centro de saúde que tenha sido reaberto, não há nenhuma função que tenha sido restabelecida. E portanto, se o juízo é fazer alguma comparação entre o que se fez no passado e o que se está a fazer no presente, não peça que compare duas coisas negativas para o Concelho. -----

Sobre a questão da PSP, a intervenção que está prevista neste momento, é uma intervenção a nível do telhado, há intenção da Câmara Municipal, da PSP e do Governo de continuar essa intervenção, mas a única que está prevista é ao nível do telhado. A única que está prevista é ao nível do telhado, só faltava mais essa, senhor Deputado, que fosse a Câmara Municipal a pagar as obras na PSP além das que já paga, na PSP, na GNR, no Tribunal. Oh! Senhor Deputado, sabe quem é que está a resolver o problema do estacionamento no Tribunal, quer que lhe diga, é a Câmara Municipal, não é o Governo. Sabe quem é que resolve os problemas quando parte um vidro na PSP ou na GNR, não pergunte a mim, pergunte aos Comandantes, não acredite no Presidente de Câmara, acredite nos Comandantes dos Postos Territoriais e pergunte quem é que suporta essas despesas. Quem é que trata dos jardins, sabe quem é, é a Câmara Municipal e portanto, no dia-a-dia a Câmara Municipal resolve muitos problemas e não se queixa disso, agora não é a Câmara Municipal que vai fazer uma intervenção infraestrutural num edifício em que está sedeadada a PSP e que é da competência do Estado. -----

---PAULO PINTO (PS) – Senhor Presidente, eu tinha-me esquecido de uma questão, já que falamos em pagamentos da Câmara, gostava de saber como é que está a questão da loja do Cidadão, se a Câmara continua a pagar ou não a renda por um espaço já há bastante tempo e se já há previsão para alguma coisa.-----

---CARLA FARIA (PS) – Senhor Presidente da Câmara, só para lhe dizer que a questão da atribuição do apoio financeiro foi aprovado por maioria, o partido Socialista votou contra, só para lhe lembrar. Apesar do senhor ter acesso, os cidadãos famalicenses não têm, deveriam ter e apesar de não ser da sua responsabilidade estar no *site* deveria lá estar, deveria ser um incentivo da sua parte que essas coisas estivessem mais esclarecidas e mais abertas. Eu se quiser consultar o que é que esta Associação está a fazer e se está a aplicar bem o apoio financeiro, eu deveria ter acesso a

esse *site*. Não é só a Câmara que deve ter acesso ao relatório de contas, acesso ao plano de atividades. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Senhor Deputado, Paulo Pinto, mas a pergunta é para saber quando arrancam as obras na Loja do Cidadão, a Câmara disponibilizou-se a fazer as obras e depois receber do Estado, ponto final. O Governo não assina o protocolo porque não quer a Loja do Cidadão em Famalicão, o Governo não investe em Famalicão ponto final. Isto é propaganda política que os senhores aqui vêm fazer, vocês estão a anunciar 80 milhões para Barcelos não é para Famalicão. Nós temos um Registo Civil que é uma vergonha, passasse cinco horas para tirar o Cartão de Cidadão, uma Segurança Social que as pessoas estão em fila à porta. Vocês não assinam o protocolo com a Câmara Municipal, depois de a Câmara ter arranjado o espaço, porquê? Porque o governo não investe em Famalicão! Eu já ouvia dizer desde miúdo - “nunca vi caçar moscas com vinagre”, e cada vez mais o partido Socialista tem menos votos em Famalicão. -----

---**DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Tendo em conta o rol discriminatório do senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira e agora agravado pelo senhor Deputado, Armindo Gomes, queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se esse rol discriminatório advém de há dois anos para cá, ou se na vigência do anterior governo e desta maioria já existia? -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhora Deputada, sobre o sentido de voto do partido Socialista, eu recomendo que consulte as agendas e as atas que são públicas, não acredite em mim, veja as atas.-----

Sobre a questão do senhor Deputado, Paulo Pinto. Oh! Senhor Deputado, não sei se o senhor sabe, mas a PSP tem um reboque porque a Câmara Municipal lhe cede, o reboque da PSP é do Município, para ter noção da colaboração que há, há muitos anos, mas não é de agora senhor Deputado, eu não quero acabar com isso. Agora o senhor não queira colocar o ónus na Câmara Municipal das intervenções que são feitas do ponto de vista infraestrutural, não esqueça é das muitas que a Câmara Municipal faz e que não é essa a sua tarefa.-----

Sobre a Loja do Cidadão, senhor Deputado, há uma Resolução do Conselho de Ministros que foi aprovada em janeiro de 2017, que fixa, é o Governo que fixa não é a Câmara Municipal, a data de 2018/2019 para a criação da Loja do Cidadão em Vila Nova de Famalicão. Eu espero tão depressa isso aconteça sob pena do estado lastimável, nomeadamente neste momento a segurança Social e o Registo Civil, que isto acabe rapidamente. Desejo que rapidamente o Governo cumpra o

compromisso plasmado numa Resolução do Conselho de Ministros, de criar a Loja do Cidadão em Famalicão, quem tomou essa decisão foi o Conselho de Ministros em Resolução. -----

--- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA.** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Existem dois tipos de documentos discutidos e votados nesta Assembleia que despertam sempre uma maior curiosidade e atenção, que são o Plano de Atividades e Orçamento e o Relatório de Gestão e Prestação de Contas. E se quando o plano de atividades é apresentado existe sempre a expectativa de que por um lado nele possam constar medidas que realmente visem melhorar a vida dos famalicenses, e por outro lado que seja real e não fictício. O certo é que nos últimos anos temos vindo a ver que a expectativa criada inicialmente é rapidamente gorada, visto que os documentos apresentados, além de constarem de ações irreais, não contem as medidas necessárias e justas que se impunham. Posteriormente, quando nos apresentam o relatório de contas e gestão, temos sempre a esperança de que o caminho efetivamente seguido, tenha sido diferente daquele que tinham inicialmente previsto, mas mais uma vez o resultado é cruel para os famalicenses. Não só seguiram pelo caminho errado previsto, como valorizaram ainda mais os aspetos negativos traçados. E a nós cabe-nos mais uma vez alertar para aquilo que realmente foi e está a ser feito, e não aquilo que se diz que se está a fazer, porque há uma grande diferença, entre o discurso de propaganda desta maioria, e a realidade, que tanto prejudica os famalicenses. Este relatório pode ser visto e analisado de muitos prismas diferentes, mas em todos, honestamente, transparece que é francamente mau. Podemos analisar este relatório única e simplesmente com referência ao orçamento apresentado para 2017. Indo por essa nessa análise, não nos podemos esquecer que já nessa altura, o PS tinha referido que esse orçamento era eleitoralista, que não contemplava em recursos os cerca de 30 milhões previstos para investimento, que existiam rubricas que estavam totalmente sub orçamentadas. A isto tudo o senhor Presidente da Câmara acusava o PS de profetizar a desgraça, e garantia que os compromissos assumidos iriam ser concretizados. Dizia na altura e transcrevo:- “ Nós temos a certeza que as obras que anunciamos aos famalicenses vão ser executadas todas, sem qualquer exceção”. Ora a realidade demonstra que afinal o PS não se

enganou naquilo que era evidente e ao contrário daquilo que o senhor Presidente disse, algo ficou por realizar, visto que o investimento ficou pelos 15M€. Dos 30M€ previstos, gastaram-se 15M€. Vê-se quem falou verdade. E já que estamos a falar de números, que reconheçamos mais uma vez, este Presidente não gosta muito, e desvaloriza-os até, porque lhe são incómodos, porque a realidade é só uma, não os consegue manipular. Mas os números têm uma vantagem, eles transmitem a realidade, são objetivos e não o alvo fácil de manipulação verbal desta verdadeira máquina de propaganda que está á frente desta Câmara. E podemos ficar só com algumas notas, a aquisição de bens e serviços continua a aumentar, se considerarmos os compromissos assumidos, aumentam cerca de 3M€, mas nada de novo. Assim como nada de novo no aumento da despesa corrente, atingindo mesmo um máximo histórico 59,5M€. Assim como o novo máximo histórico com as despesas de pessoal 25M€. Ou do pessoal avençado, que só desde que este Presidente tomou posse, aumentou já 50%, sim 50%. Há que manter alguns, muito contentes e caladinhos. Mas também podemos referir que os impostos continuam a subir. Dizem que promovem a estabilidade fiscal, que mantem as taxas, mas os famalicenses pagam cada vez mais pelo mesmo. Será que ainda não percebeu que a estabilidade que tanto apregoa, só tem efeito se for estabilidade no valor, naquilo que os famalicenses pagam e não em percentagem. Mas vossa Excelência continua a assobiar para o lado, e os famalicenses a pagarem. Sobe o IMI, sobe o IUC, sobe o IMT sobe a Derrama, enfim, é o que temos. Mas eu pessoalmente, gostaria de fazer uma análise mais global, porque este caminho seguido por este Presidente da Câmara, não se iniciou agora, e é importante analisarmos quais tem sido as tendência e opções que tomou nestes 5 anos. E como tal, calculei a média de cada rubrica dos anos em que este Presidente está no poder, e comparei esse valor com o do relatório de 2017, permitindo desse modo ver a tendência da gestão desta Câmara. E os resultados não podiam ser mais esclarecedores. Os impostos diretos em 2017 representaram mais 21% do que a media anual desta Presidência, mais de 5M€ e destes, realce natural para o IMI, que representa mais 9% do que essa média. Ou seja, mais uma vez constata-se que a estabilidade fiscal em termos efetivos não existe, apregoa-se, assobia-se para o ar e os famalicenses continuam a pagar cada vez mais e mais, pelo mesmo. Esta é a tendência vertiginosa que os números nos dão e que nenhum discurso bem elaborado consegue escamotear. Os impostos indiretos também sobem, esses só 19%. As receitas correntes, em 2017 representam 19% acima da média anual. É clara a tendência e estratégia desta Câmara. Cobrar, cobrar e cobrar. E aos famalicenses não cabe outro remédio senão pagar, pagar e

pagar. Aliás os valores que os famalicenseiros pagaram em 2017, representaram mais 50% do que a média anual. Tendência clara. Por outro lado, as receitas de capital, em 2017 representaram menos 23% do que a média anual. Ou seja, cada vez há menos capacidade de investimento real no concelho. Por um lado recebe-se mais, cobra-se mais, mas por outro lado investe-se menos. Então onde é que se gasta esse aumento da receita. A tendência é muito clara. As despesas com o pessoal, em 2017 representaram um acréscimo de 20% relativamente à média anual, assim como a aquisição de bens e serviços representaram um aumento de 11%. A moda dos assessores, dos avençados, e das festas, não só veio para ficar, como a cada ano, custa mais aos famalicenseiros. Mas como são os famalicenseiros que pagam não há problema. Como o senhor Presidente disse na sessão do 25 de Abril, a sociedade anda distraída e aí concordo consigo, os famalicenseiros realmente andam muito distraídos. E podemos perguntar se esta tendência não devia mudar, se o caminho devia ser outro. A máquina de propaganda desta maioria, inunda-nos, usando uma estratégia que nos faz muitas vezes lembrar a máxima de Voltaire: - “mintam, mintam sempre, porque alguma coisa fica da mentira”. O certo é que o caminho que tem vindo a ser seguido tem provocado muitas discrepâncias entre aquilo que é o discurso oficial e aquilo que é a realidade. Temos vindo a alertar este executivo de que o caminho seguido não é mais indicado. Há cerca de 1 ano e meio, nesta assembleia, e referindo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, avisamos mais uma vez, de que o discurso oficial desta maioria não tinha ressonância nos estudos efetuados por entidades competentes. E se na altura o estudo não era famoso para Famalicão, no mais atual, no de 2016, Famalicão não fica melhor na fotografia. Senão vejamos. Somos o 11º concelho do país com mais receita cobrada, o 1º do distrito de Braga, à frente de Braga e Guimarães por exemplo, que baixaram esse valor, enquanto Famalicão subiu, e isto sem considerarmos a subida desta rubrica em 2017. Na cobrança ninguém nos bate. Em 2015 éramos o 19º. E se em 2015, em Famalicão cada famalicenseiro, quer tivesse 6 meses de vida, quer tivesse 80 anos, contribuiu em média com 539€ para a autarquia em Famalicão, em Braga esse contributo era de 472€, em 2016 esse contributo em Famalicão subiu para 669€, enquanto, em Braga ficou nos 465€. Ou seja, em Famalicão, cada famalicenseiro, independentemente da sua idade, contribuiu com mais 200€ do que o seu congénere de Braga. Vou repetir para que não fiquem dúvidas, um famalicenseiro contribuiu para esta Câmara com cerca de mais 200€ do que qualquer habitante de Braga, por exemplo. É obra, e continuamos a subir. Ao nível de arrecadar receita, realmente estamos muito bem, senão vejamos. No IMI, somos o 29º concelho onde a cobrança deste

valor é mais alta. No IMT já baixamos um bocadinho, já só somos o 33º concelho onde o valor cobrado é o mais alto, somos no entanto o 30º concelho, onde esse aumento é mais elevado. Na Derrama somos o 6º a nível nacional, onde o valor cobrado é mais elevado e no distrito de Braga ninguém nos bate. É obra. Na venda de bens duradouros, a receita cobrada pelo município famalicense foi a 13ª mais alta a nível nacional. Mais uma vez a nível do distrito ninguém nos bate. Ao nível de novos empréstimos bancários também não estamos mal, fomos o 26º concelho com um valor mais alto. Também somos o 15º concelho com mais despesa paga. Somos também o 12º concelho com maior volume de gastos com pessoal. Estamos mesmo à frente de Guimarães, apesar de Guimarães ter quase mais 200 funcionários. Os assessores realmente são caros em Famalicão. Ao nível da aquisição de bens e serviços, aí já estamos bem melhores, estamos num honroso 12º lugar. Somos o 12º concelho a nível nacional que gasta mais dinheiro nesta rubrica, e pasme-se ninguém no distrito nos bate, somos de longe os que mais gastamos no distrito. Surpresa? Só para quem andar realmente muito distraído. Mas as surpresas continuam. Nos municípios com maior equilíbrio orçamental, não estamos nos primeiros 35. Ao nível do passivo exigível, dívida, somos o 35º concelho com maior dívida. Ao nível do prazo de pagamentos, é verdade que não estamos nos piores, mas continuamos a não estar nos melhores e também não aparecemos naqueles que melhoraram o prazo. Muitos mais dados os estudos possuem, mas para concluir esta análise, deixamos somente com o top 5 do ranking dos concelhos do distrito de Braga: Esposende, Guimarães, Barcelos, Fafe e Vizela, Famalicão não está nos 5 melhores concelhos do distrito e sendo que no ranking nacional, dos grandes municípios, ou seja, concelhos com mais de 100.000 habitantes onde Famalicão se inclui, no top 10 nacional aparecem dois do distrito de Braga, Guimarães e Barcelos. Logicamente que Famalicão não aparece. Surpresa? Mais uma vez só para quem anda realmente muito distraído. E mais uma vez, lhe dou razão, senhor Presidente, os famalicenses tem andado distraídos, mas cuidado, que eles vão despertar e perceber, qual é, e tem sido realmente a sua gestão à frente deste município. Da nossa parte, logicamente, por tudo o que referimos, temos de estar contra esta gestão e este relatório. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Eu ouvi aqui a intervenção do senhor Deputado do partido Socialista, e registo o discurso elogioso que aqui trouxe à vitalidade económica do Concelho de Famalicão. Fico sinceramente reconhecido pelo elogio aqui partilhado, mas fiquei só

com uma dúvida senhor Deputado, não sei se nessas receitas municipais e despesas com pessoal, se somou também as empresas municipais, ou se só fez as contas sem as empresas municipais. -----

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** – O ano de 2017 foi um ano histórico, com alguns marcos para o concelho de Vila Nova de Famalicão, foi um ano ímpar. O Concelho continuou a afirmar-se nas mais variadas áreas, da cultura ao desporto, do ambiente à mobilidade, da juventude à igualdade, da família à solidariedade, da educação à habitação e até mesmo no voluntariado, em que o Município desenvolveu medidas de cooperação com diversas entidades potenciando a valorização e a visibilidade do voluntariado como âncora do desenvolvimento harmonioso e inclusivo da comunidade. Durante o ano de 2017, o Município não se focou apenas no betão e no alcatrão como alguns pensariam sendo ano de eleições. Em 2017 foi ano histórico porque a coligação “Mais Ação Mais Famalicão” e o nosso Presidente da Câmara, o Doutor Paulo Cunha, tiveram a maior votação e o maior número de votos de sempre nas eleições autárquicas realizadas em 1 de outubro. Sendo atualmente, dos Presidentes de Câmara de todo o País, com maior legitimidade para governar um Concelho com um elevado número de votos que os eleitores lhe deram, nós acreditamos em si para gerir o nosso Município. O ano de 2017 foi histórico, porque o Município continuou com a sua política ativa de defesa da Floresta contra incêndios, assente na salvaguarda da floresta como património essencial ao desenvolvimento sustentável do território e na promoção da segurança de pessoas e bens. Bem como, continuou a aposta na vigia das Florestas evitando catástrofes como as que assolaram outras zonas do País. O ano de 2017 foi histórico, porque o Município continuou a aposta nas novas gerações, promovendo políticas de juventude de forma transversal e multifacetada, que visa a autonomia, a emancipação dos jovens e a valorização da sua participação cívica. O ano de 2017 foi histórico, porque o Município promoveu a relevância da igualdade como condição fundamental para o desenvolvimento para Vila Nova de Famalicão, enquanto comunidade que promove efetivamente a dignidade da pessoa humana e assegura plenamente a participação de todos e de todas. O ano de 2017 foi histórico, porque o Município continuou a aposta na consolidação da rede social, impulsionando o quadro da parceria alargada que engloba atores locais de diferentes naturezas e áreas de intervenção em prol do desenvolvimento social do território. O ano de 2017 foi histórico, porque o Município tem uma política cultural que tem como objetivo fundamental a promoção e a valorização da identidade da comunidade, considerando-a como um laço autêntico que une o passado, o presente e o futuro. O Município tem hoje uma rede de museus cada vez mais

visitados e uma casa de espetáculos que acolheu mais de 90 mil espectadores no ano de 2017. O ano de 2017 foi histórico, porque este Executivo continuou a contar com os senhores Presidentes de Junta para um contacto mais próximo das populações, a Câmara cumpriu religiosamente os compromissos com cada Freguesia e continuou a fazer as transferências que são devidas a cada uma delas. Permitam-me aqui salientar a importância dos senhores Presidentes de Junta, que cada vez têm um papel mais importante na nossa democracia, ainda mais numa altura em que as Câmaras Municipais têm que assumir o lugar do Estado para apoiar as populações e essa situação pesa bastante no orçamento Municipal. Pelas razões que acabei de elencar e por muitas mais, concordo com o senhor Presidente da Câmara a classificar este Relatório de Gestão e Prestação de Contas como histórico. O documento apresentado consegue conjugar três fatores, que por si só, demonstram que o documento deve ser considerado histórico, ou seja, ele apresenta um grande volume, ele apresenta um aumento da autonomia financeira e por último ele apresenta uma redução da dívida. Na minha opinião e não desprovendo da importância da Assembleia Municipal, o que hoje estamos aqui a fazer não passa de um mero formalismo, uma vez que a verdadeira aprovação do documento foi no dia 1 de outubro de 2017 pelos 51.435 Famalicenseiros que votaram na coligação. O Município de Famalicão continua o seu percurso pujante e de progresso, assente em políticas de estabilidade e bem direccionadas com uma cuidadosa gestão dos recursos municipais. Embora haja maior receita fruto do vigor do nosso Concelho, e repito, fruto do vigor do nosso Concelho, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, mantém uma política fiscal estável e duradoura, os impostos já não sobem em Famalicão há muitos anos, no entanto, mesmo não aumentando os impostos a nossa autonomia financeira continua a aumentar, hoje já estamos acima dos 74%. O Documento apresenta um grau de execução excelente, 98,6% do lado da receita e 84,7% do lado da despesa, isto demonstra que há rigor nas contas e determinação nos objetivos a atingir que serão sempre o bem-estar dos Famalicenseiros, todos sem exceção, sejam pessoas ou instituições, associações ou empresas, a Câmara Municipal é de todos e está aqui para todos, qualquer Munícipe sente que tem um Concelho que o apoia quando precisar. Senhores e Senhoras Deputadas, estamos perante um Documento que demonstra que este Executivo não se preocupa com a classificação das contas, não se preocupa se as despesas de capital são altas ou se são baixas, não se preocupa com a areia e com o cimento, mas sim com as pessoas, essas sim, são o verdadeiro capital do nosso Concelho. Preocupa-se se a despesa é boa ou má independentemente da sua

classificação contabilística. Preocupa-se se contribui para melhorar a vida das famílias, seja através de Bolsas de Estudo, do Passe Sénior, da Casa Feliz, dos Manuais Escolares ou de qualquer outro apoio. Senhor Presidente, Doutor Paulo Cunha, permita-me aqui recordar-lhe umas palavras proferidas por si, no dia 27 de maio de 2017 na cidade da Maia perante uma plateia de Autarcas, em que o senhor dizia:- “nós Autarcas temos o privilégio de poder tocar nas pessoas e influenciar o seu futuro”. Pois bem, o senhor ao executar este Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, tocou e melhorou o futuro das pessoas com certeza. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Regressando ao Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas 2017. Sobre o Relatório e Conta de Gerência temos a dizer o seguinte; no Orçamento para 2017 apresentado em finais de 2016, esta Câmara orçou 14 milhões e 164 mil euros a arrecadar em sede de IMI, tendo no entanto obtido 15 milhões e 236 mil euros, ou seja, mais de 1 milhão de euros nesta rubrica. Também em sede de IMT, ou seja, de compra e venda de imóveis orçou-se 3 milhões e 423 mil euros e obteve-se 4 milhões e 429 mil euros, ou seja, mais de 1 milhão de euros. Com estas duas receitas, vão muito para além do orçamentado, bem podia a Câmara Municipal ter acolhido na altura as propostas da CDU no âmbito da redução da taxa do IMI de 0,35% para 0,30%, podendo ainda beneficiar muito mais os Municípios sobretudo os mais carenciados. Não fosse a constante atribuição de benesses de isenções no âmbito dos projetos *Made In*, aliás em formatos de contratação laboral confirmadamente precária. Em relação à água e verificamos isto com alguma surpresa, uma vez que considerámos que a água é um bem essencial e não deve ser sujeita a mais-valias, igualmente não se justifica o aumento das tarifas da água quando a receita obtida nesta rubrica é superior a 36% do orçamentado, já que a receita foi de 5 milhões e 946 mil euros, quando o orçamentado na verdade foi de 4 milhões e 350 mil euros. Passando para o desporto, uma das traves que merece uma grande atenção do Executivo, o Estádio Municipal tinha como previsão orçamental 900 mil euros, sendo que, apenas se verifica que foi executado 60 mil euros, ou seja, uma ínfima parte do orçamentado, razões desconhecem-se por completo, certamente que o senhor Presidente terá aí algo a dizer relativamente a isto. Também no Centro Desportivo Municipal estava prevista uma verba de 648 mil euros, tendo sido executados apenas 92 mil euros, ou seja, mais uma provisão com carácter eleitoral perguntamos. Alguma justificação deve haver. -----

---**MÁRCIA NUNES (PS)** – Senhores Deputados, creio que todos nós temos a consciência que as políticas de juventude são essenciais para o desenvolvimento dos Municípios. Com efeito, não nos

podemos olvidar que as políticas locais de juventude têm um cariz cada vez mais proeminente para o desenvolvimento do nosso País, e por isso devem ser um complemento fundamental às políticas nacionais. Neste sentido, e dada a importância das políticas locais de juventude, entendemos que a prossecução das mesmas deve consubstanciar um processo contínuo e de estabilidade. Mas não nos podemos esquecer que esse processo contínuo tem que significar evolução, desenvolvimento, e acima de tudo adaptado à realidade atual dos jovens do nosso Concelho e das suas necessidades. Ou seja, as políticas de juventude não se podem esgotar, nem estar limitadas à existência de um Conselho Municipal Jovem e de um Pelouro da Juventude, este último, que se dedica no cômputo geral à organização de *workshops*, sessões de esclarecimento e similares. Senhores Deputados, basta analisarmos o Relatório de Gestão do ano de 2017, no que concerne à temática da juventude, para obtermos esta conclusão. Claro está que essas poucas medidas são necessárias, não lhes retiro, de todo, a sua relevância, muito menos quanto ao objeto das mesmas. Antes pelo contrário! A interação entre os responsáveis políticos, os jovens e as suas associações são uma forma e um relevante instrumento de afirmação da democracia e da cidadania ativa, bem como, para a formação e esclarecimento dos nossos jovens. Todavia, é premente que o nosso Município invista verdadeiramente na Juventude. O tal processo contínuo e de preparação do futuro, com vista ao progresso, desenvolvimento e sustentabilidade. O que estamos a verificar é um comportamento inerte por parte do executivo nas políticas de juventude, e não um verdadeiro investimento nas mesmas. Senão vejamos: Fazendo uma análise, ainda que superficial, ao mapa do controlo orçamental da despesa, no que tange à juventude podemos constatar que foram aplicados apenas 44.450,00€ na juventude, sendo que deste montante, 42.350,00€ serviram para despesas correntes. Bom, e para percebermos as prioridades do Executivo Municipal, basta verificar no mapa de controlo orçamental da despesa os valores despendidos em publicidade. Foram aplicados nesta rubrica 258.832,28€. Vejam senhores, Deputados, 258.832,28€ em publicidade. Ou seja, estamos aqui a constatar que, em publicidade, foram aplicadas verbas que correspondem a cinco vezes mais do que as que foram aplicadas na juventude. Conclui-se portanto que, para o nosso Executivo, a publicidade é cinco vezes mais importante do que os jovens do nosso Município. A autopromoção do nosso executivo é para este mais importante do que, o bem-estar dos nossos jovens; a sustentabilidade do futuro da nossa juventude; e o desenvolvimento e planeamento do nosso Concelho. Ora, não podemos estar descansados, enquanto jovens, quando de forma veemente

conseguimos extrair quais são as prioridades da nossa Câmara Municipal, nas quais não se incluem as políticas de juventude com eficácia prática. E, os jovens e a sua fixação no nosso Concelho, não são, de todo, uma prioridade. Fazendo uma resenha cronológica, o plano de construção da vida de um jovem inicia-se pela formação escolar ou académica seguida pela procura de emprego, e culminando na construção da vida familiar (não necessariamente por esta ordem). Senhor Presidente e senhores Deputados, percorrendo o Relatório de Gestão de 2017, na parte tangente à juventude, e até à habitação, constata-se a falta de políticas capazes de responder à verdadeira construção e programação da vida de um jovem a longo prazo. É crucial que sejam implementadas políticas que deem aos jovens a possibilidade de fixar residência em Vila Nova de Famalicão, tanto para aqueles jovens que residem cá, bem como, para aqueles que para cá vêm estudar. Há questões que o nosso Município não se pode alhear, e a questão do arrendamento é uma delas. Todos conhecemos o “programa porta 65 jovem”, cujo objetivo é regular incentivos aos jovens arrendatários e estimular estilos de vida mais autónomos, a reabilitação de áreas urbanas, e claro a dinamização do mercado de arrendamento. Esta medida, efetivamente, aliás recuperada e reforçada pelo Governo Socialista, é um ponto de partida essencial para que os jovens façam o plano de construção das suas vidas em determinado lugar. Todavia, estas políticas nacionais têm que ser, indubitavelmente reforçadas e acompanhadas por políticas de juventude locais, na medida em que grande parte das problemáticas enfrentadas pelos jovens, obtêm resposta, em primeira abordagem, junto dos Municípios a que pertencem. Mas, na verdade, não se consegue extrair do relatório apresentado, qualquer apoio ao arrendamento jovem do Município, designadamente, que permita que os jovens universitários tenham oportunidade de iniciar aqui o seu percurso estudantil, e até, posteriormente, um percurso profissional. Os jovens universitários, por norma, não são arrendatários antes de iniciarem a faculdade. Em Famalicão não têm apoios do Município no arrendamento, não têm residências de estudantes, nem casas partilhadas, nem aqueles imóveis devolutos da cidade ou zonas limítrofes são utilizados e adaptados para o efeito, melhorando até o centro urbano da nossa Cidade. Senhor Presidente, questiono:- Não julga que se procedesse à requalificação dos imóveis por parte da Autarquia podia criar um nicho de mercado de arrendamento para os jovens, a preços reduzidos, e assim, faria muito mais pela juventude, do aquilo que tem feito neste âmbito? Mas senhor Presidente e senhores Deputados, falamos em arrendamento, mas também podemos falar em apoios na compra de casa para os jovens, através da atribuição de benefícios fiscais. E também podemos

falar em apoios à Natalidade. Em Vila Nova de Famalicão, ao contrário de muitos concelhos vizinhos, não há apoios à natalidade, tanto é que não extraímos qualquer menção neste sentido no Relatório de Gestão de 2017. Bem, para não falar da falta de apoio no empreendedorismo, que é direcionada para determinadas empresas, não sendo direcionada para jovens que queiram num processo continuado fixar neste Concelho a sua residência. Senhor Presidente, senhores Deputados, a vida de um jovem não é um ato isolado. É preciso que haja um plano estratégico de continuidade, de desenvolvimento, para que estes queiram viver em Vila Nova de Famalicão. No relatório de gestão de 2017, no que diz respeito às políticas de juventude, não conseguimos extrair medidas do Município que supram estas realidades. Auguramos senhor Presidente, que o Relatório de Gestão de 2018 seja melhor. Invista senhor Presidente, no Futuro. Invista senhor Presidente na nossa Juventude. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Há um qualquer efeito ótico neste corredor, uns veem uma realidade e daquele veem outra, eu vou tentar não fugir ao corredor. Portanto, aquela velha metáfora – “do copo meio vazio e do copo meio cheio”. Eu vejo o copo meio vazio e deste lado verão o copo meio cheio. Senhor Presidente da Câmara, fala no culminar de um ciclo ao início da sua nota que vem com o Relatório de Gestão. Eu lembro-me logo, de em 2013, ter prometido a conclusão das redes de saneamento e de água. Findo o ciclo, ainda há pouco referiu que só no fim desse ciclo, é que se inaugurou as redes da água em duas Freguesias do Concelho. Há pouco, eu vou implicar com a direita radical, vão-me perdoar, mas aquela coisa da esquerda radical também me desagrada, a direita radical erguia como uma excrescência do século XXI o facto de haver crianças num corredor de um Hospital Oncológico, é óbvio que é, para qualquer esquerda, direita, com ou sem radicalidade. É uma ficção, o século XXI, portanto não vale a ser século XXI ou século XII, é os tempos que vivemos com todo o acréscimo civilizacional da nossa fatia deste planeta. Hoje para nós também, Bloco de Esquerda, nos parece dificilmente aceitável que haja comunidades sem abastecimento de água, sem redes de saneamento, e este começa por ser um dos apontamentos do copo meio vazio que o bloco de esquerda encontra. Relativamente à habitação, o senhor Presidente falou num número, 146 apoios às rendas, parece-nos manifestamente pouco perante uma realidade de alguma crise de habitação, de algumas dificuldades manifestas, sentidas por alguns segmentos da população do Concelho e aí achámos que a Câmara, fica muito aquém daquilo que poderia e deveria fazer. Quanto à área da habitação foram apoiadas 12 obras, o que também nos parece

manifestamente pouco naquilo que o Município poderá fazer quanto ao aspeto da habitação no Concelho. Quanto à área da educação, há pouco também falou no papel reforçado da CPCJ e aí é importante quanto ao abandono escolar, porque é uma das áreas onde eles poderão intervir, é importante lutar e fortalecer este combate ao abandono escolar. Mas também acho que o Município pode e reconhece que faz algum esforço percentual na questão da educação, mas penso que poderíamos e deveríamos ser mais exigentes. Sabemos que há uma oferta de uma rede privada, até que cresce mas isso não nos interessa, o que nos interessa é que o Município devia apostar revolucionariamente num modelo educativo que equipe e que dote as escolas, nomeadamente sobre aqueles que têm a competência do 1º ciclo, de uma forma que seja revolucionária. Dotar as escolas não só de equipamentos de ponta que permitam às crianças do Concelho serem intérpretes de um futuro, eu acho que sobre a educação poderíamos ficar aqui longamente a ponderar sobre os efeitos sociais evolutivos da educação e portanto, penso que sobre a educação é um aspeto onde qualquer Município tem de apostar decididamente. A questão da juventude, eu alinho um pouco sobre aquilo que a senhora Deputada do partido Socialista há pouco entreviu, eu penso que há essencialmente um estrato relativamente panfletário nessa área e que deixa muito a desejar numa proximidade e de uma realmente intervenção junto das camadas jovens do Município. Recordo-me por exemplo, que há muitos folhetos, há muita divulgação, mas que o *feed back* e a aproximação dos jovens famalicenses a muitas dessas iniciativas fica muito aquém do desejável. Relativamente ao desporto, se bem que há esse investimento infraestrutural, mas há coisas que ainda ficam por perceber, como por exemplo, a juventude de Delães tem um espaço onde a juventude pratica futebol, mas o espaço do Desportivo de Delães é uma coisa deprimente, é um espaço, aquele Estádio não sei se se pode chamar assim àquele espaço, é uma coisa quase atroz. Uma das infraestruturas que é nitidamente uma urgência é a Pista de Atletismo, o Bloco de Esquerda já o referiu e volta novamente a reiterar, não faz sentido que este Município não tenha uma Pista de Atletismo devidamente equipada e ao serviço da comunidade. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Eu fiz aqui uns pequenos apontamentos deste Relatório de Gestão, estamos a falar de um Relatório e para quem não recebe o documento em papel são trezentas páginas, se fosse a ler isto tudo estávamos aqui até à missa 1ª do próximo domingo. Portanto os pequenos resumos que eu tenho aqui, é que a dívida, senhor Presidente, baixou para 35 milhões de euros sensivelmente. Não é como diz o senhor Deputado, Paulo Pinto do partido

Socialista, que a dívida é mais agora do que no passado, no passado se não me foge a memória, no tempo do Doutor Agostinho Fernandes eram cerca de 60 milhões. Nós não temos tantos anos da coligação do PSD-CDS/PP que baixasse tanto a dívida, a dívida vai baixando, naturalmente a dívida quanto maior é, a proporção da dívida vai baixando e vai-se refletindo e cada vez menos porque a dívida baixou cerca de 2 milhões de euros neste mandato que acabámos de concluir. E daqui por quatro anos irá baixar mais, mas a proporção é menor porque os números também são menores. A execução orçamental, números redondos deste Relatório de Gestão e eu vou fazer fé no Revisor Oficial de Contas, externo a esta Câmara Municipal que assinou este Relatório e por acaso é de Matosinhos. A execução orçamental ronda os 98,6%, a despesa em 84,7%. O exercício de 2017 teve na rede viária um grande investimento, uma revolução na rede viária como nunca visto em Famalicão, passando pelas Freguesias e vamos vendo isso Freguesia a Freguesia. A nível de ambiente, como diz o senhor Presidente da Câmara no documento das Informações, uma renovação da rede a nível do saneamento e água como nunca visto em Famalicão. No desporto, temos renovação nas infraestruturas para que os nossos Atletas pratiquem o desporto no nosso concelho. Na educação, melhoramento das escolas, obras nas escolas principalmente nas primárias onde estão as crianças mais pequenas. Na cultura, a Câmara Municipal é mais solidária com os idosos e com as crianças. A nível de transportes, a Câmara Municipal transferiu como nunca visto no ano de 2017, não venham dizer que foi por ser ano de eleições, transferiu para as Juntas de Freguesia e nunca foi vista uma transferência tão grande para as Juntas de Freguesias a nível de protocolos. Eu sei que os senhores do partido Socialista não gostam disso, mas no passado no tempo do partido Socialista eu já fazia parte da Junta de Freguesia e a Câmara Municipal não fazia protocolos com nenhuma Freguesia, isso que fique bem claro, administrava as obras e os Presidentes de Junta não faziam as obras a não ser com as receitas que viessem do governo diretamente e a Câmara fosse obrigada a dar senão nem isso pagavam. E portanto, não faziam protocolos e não são exemplo para ninguém. Nunca vista uma verba tão grande a nível de protocolos a associações que esta Câmara Municipal em 2017 transferiu para as coletividades e para as Juntas de Freguesia, exceto a receita própria que eles já tinham diretamente da Câmara e do Governo. A respeito e falando um bocadinho do Deputado do partido Socialista, Paulo Pinto, diz que a Câmara agora cobra mais impostos aos famalicenses. Naturalmente, temos mais emprego, temos mais gente a trabalhar portanto, mais impostos a Câmara vai arrecadar, não é preciso subir à taxa isso é natural. Temos mais empresas

vamos pagar mais impostos é natural. Portanto, neste Relatório de Gestão o partido Socialista vai votar contra, nós sabemos que o partido Socialista vai votar sempre contra qualquer Relatório que seja apresentado pela coligação, nem que estivesse aqui uma rosca de pão-de-ló em cima deste púlpito para irmos comer de vez em quando uma fatia e um cálice de vinho fino. Nós vamos votar favoravelmente senhor Deputado, Paulo Pinto, e senhores Deputados do partido Socialista, vamos votar favoravelmente este Relatório de Gestão. -----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA.-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, DEZ ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA.-----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA RNM – PRODUTOS QUÍMICOS, SA., COM SEDE NA RUA DA FÁBRICA, Nº 123 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E BENTE DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MONTANTE DE 11. 200.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA RNM – PRODUTOS QUÍMICOS, SA., COM SEDE NA RUA DA FÁBRICA, Nº 123 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARREIRA E BENTE DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NO MONTANTE DE 11. 200.000.00€, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL, DESIGNADO POR PROJETOS 2IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, UMA ABSTENÇÃO E UM VOTO CONTRA. -----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SÃO CLÁUDIO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM, NO MONTANTE GLOBAL DE 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E RESPETIVAS OBRAS COMPLEMENTARES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SÃO CLÁUDIO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM, NO MONTANTE GLOBAL DE 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E RESPETIVAS OBRAS COMPLEMENTARES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL

DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E SOCIAL 1º DE MAIO DA FREGUESIA DE REQUIÃO, NO MONTANTE GLOBAL DE 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E RESPETIVAS OBRAS COMPLEMENTARES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E SOCIAL 1º DE MAIO DA FREGUESIA DE REQUIÃO, NO MONTANTE GLOBAL DE 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E COLOCAÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO E RESPETIVAS OBRAS COMPLEMENTARES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE ANUAL DE 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS EUROS) PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FIM NÃO HABITACIONAL DE UMA FRAÇÃO AUTÓNOMA, SITA NA RUA AUGUSTO CORREIA, CENTRO COMERCIAL GALIZA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**CARLA FARIA (PS)** – O partido Socialista sempre apoiou políticas de desenvolvimento cultural, social, recreativo, desportivo, outros, apoios às entidades que estão vocacionadas para a promoção de bem-estar e da qualidade de vida da população através da concretização de programas, projetos, atividades, que prossigam interesse municipal. Mas não podíamos de deixar aqui duas notas. Achámos que tendo em conta os princípios da legalidade, da transparência, deveria existir

uma forma de regular a atribuição dos apoios de modo a garantir a equidade, o controlo na atribuição desses mesmos apoios quer sejam de carácter financeiro ou não financeiro. Um procedimento que para além de definir, uniformizar os procedimentos para o apoio às entidades legalmente existentes, e regulasse a atuação dessas mesmas instituições que solicitassem apoios financeiros para a atividades de continuidade como é o caso da ATPV. A segunda nota, seria realmente relevante que a ATPV e outras instituições do mesmo cariz que beneficiassem de apoios financeiros que fizessem também parte da rede social, que pertencessem ao *Clas* e para quem não sabe é o Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Famalicão. E assim também, contribuir para a cobertura aclamada equitativa do Concelho, com serviços e equipamentos sociais, com otimização dos recursos disponíveis de modo a facilitar as melhores prestações sociais assente aqui na relação custo, benefício, qualidade de serviços. É aqui que a Câmara Municipal, é esta nota que deixamos aqui à Câmara, como Órgão responsável do *Clas* deveria ter um papel relevante na promoção, na congregação e na articulação desta e outras instituições na rede social, para tal promoção no desenvolvimento social local através de um trabalho de parceria. Esta Câmara e outras, podem não ter obviamente responsabilidade sobre o *site* das instituições, mas quanto a fazer parte do *Clas* é pertinente, é importante que a Câmara deveria ter essa incumbência, preocupação até, e não lhe ficava nada mal que em nome da transparência, equidade e da famosa e afamada proximidade fizessem que com as instituições fizessem todas parte do *Clas*. E assim, nós todos perceberíamos melhor a atribuição dos apoios financeiros.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE ANUAL DE 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS EUROS) PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FIM NÃO HABITACIONAL DE UMA FRAÇÃO AUTÓNOMA, SITA NA RUA AUGUSTO CORREIA, CENTRO COMERCIAL GALIZA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E CATORZE ABSTENÇÕES. -----

---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE

PRAZO, POR UM PERÍODO DE 60 DIAS, DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR UM PERÍODO DE 60 DIAS, DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.-----

---NONO PONTO- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA MESA QUE PROPÕE A ESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A RESPETIVA ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS, CUJOS ESTATUTOS SE ANEXA. -----

--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO – Senhores Deputados, se me dão licença, eu tomo a palavra e tomo-a em nome da Mesa, estava indeciso se iria falar ao púlpito ou no meu lugar da Mesa, mas não me cabe ir para o púlpito porque não vou intervir enquanto Deputado, mas sim, falar e dar opinião na proposta que é elaborada pela Mesa da Assembleia. A Mesa elaborou e decidiu aqui propor a esta Assembleia a Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais. Obviamente que, eu, enquanto 1º Secretário dizer-lhes que é uma Associação da qual podem ver os seus estatutos, que tem por objeto a valorização do papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios apoiando e promovendo para o efeito, estudos, seminários entre outros grupos com a prossecução do seu objeto, que é, as Assembleias Municipais. Ou seja, neste sentido a Mesa, tendo em conta digamos, a intensificação do que é o poder democrático das Assembleias Municipais, está obviamente, do lado de esta Assembleia aprovar a Adesão a esta Associação. Os Senhores Deputados vão questionar, eu também o fiz, para onde vai esta Associação, o que é que ela irá fazer, que objetivos está ela aqui a promover, o que ela será daqui a dez anos. Senhores Deputados, ninguém neste momento poderá dizer, o que vai ser de uma coisa que ainda agora está a nascer, mas a Mesa tem esta opinião, acho que nos devemos incluir e não excluir. As Associações são aquilo que os Associados quiserem seja ela qual for a Associação. Acho que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, não deve estar fora deste caminho que será esta Associação, poderá obviamente, daqui a um ano, ou dois anos deliberar de forma diferente, mas a Mesa da Assembleia Municipal considera que Vila Nova de Famalicão e esta Assembleia Municipal, deverão estar do lado do caminho desta Associação e

darmos o máximo apoio para que ela siga o que designa, e que Vila Nova de Famalicão aqui também quer que haja esta promoção das Assembleias Municipais. É nesse sentido, que a Mesa aqui fez esta proposta de adesão a esta Associação. Senhores Deputados, estou totalmente ao dispor para alguma questão que os senhores Deputados assim o entendam.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Muito rapidamente, nós logicamente iremos votar favoravelmente, mas acho que era importante e não sei se já tem a questão relativamente ao valor da quota, acho que era importante poder informar esta Assembleia. -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO** – Senhor Deputado, a mesa fez o trabalho de casa nesse sentido, vou passar a enunciar a lista dos valores das quotas. -----

---Relativamente ao Município de Vila Nova de Famalicão a quota é de 1750€ e passo a explicar o montante das quotas.-----

--- Municípios até 10 000 eleitores – 1000€-----

--- Municípios de 10 000 a 40 000 eleitores – 1250€ -----

--- Municípios com mais 40 000 eleitores – 1750€ -----

--- Municípios de Lisboa e Porto – 2500€-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA MESA QUE PROPÕE A ESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A RESPETIVA ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS, CUJOS ESTATUTOS SE ANEXA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA.**-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período houve uma inscrição do público, o senhor José Manuel Miranda Pereira da Freguesia de Brufe.-----

---A minha intervenção são dois tópicos, são dois assuntos que me preocupam a mim enquanto cidadão e é nessa qualidade que cá me encontro.-----

É um assunto que me diz respeito a mim todos os dias, no local onde vivo e vivem também muitos outros famalicenses, que tem a ver com a questão da mobilidade. Eu refiro-me à questão da mobilidade àquilo que tem a ver com a mobilidade em Famalicão, nomeadamente, numa zona onde de facto pela pressão e pela densidade das pessoas que lá coabitam que tem a ver com o parque

escolar. Sou Professor do Agrupamento D. Sancho, e portanto, tenho muitas dúvidas, tenho muitas incertezas relativamente àquilo que tem sido e que é a intervenção da Câmara Municipal, quer por obrigação de lei tem a responsabilidade de intervenção daquilo que é o espaço público, o espaço da cidadania. É inacreditável, aquilo que é a dificuldade que todos nós trabalhadores e pais que se deslocam aos agrupamentos para deixarem os filhos em segurança, é inacreditável a densidade de tráfego no início do período de trabalho e também aquilo que são as condições de segurança. Só para relembrar o senhor Presidente, infelizmente nas imediações da minha escola uma estudante foi atropelada na passadeira em altura de período de aulas. Portanto, isso a mim preocupa-me enquanto Professor, preocupará todos e os senhores Deputados que aqui se encontram, penso que é possível e tem que ser feito algo que de alguma forma regule aquilo que são as condições de segurança. Nós temos naquele espaço envolvem cerca de 4.500 pessoas, entre a comunidade educativa como um todo e portanto, é algo que tem de merecer uma atenção muito especial da Câmara relativamente a dar condições de mobilidade. São os picos que nós temos no início da atividade letiva, é à hora do almoço e é necessariamente também ao fim do dia. Eu não posso aceitar que eu me desloque de Brufe onde moro é uma distância de 1,5km, se passam 5 minutos mais tarde do habitual eu chego à avenida da estação e até ao parque da minha escola, que se situa em frente ao agrupamento da escola Júlio Brandão e à entrada para o parque de estacionamento do agrupamento da escola Camilo, eu demoro cerca de 20 minutos. Isto é inacreditável numa Cidade, onde de facto, nós temos que ter aqui uma intervenção de fundo. A Propósito e todos nós sabemos que nas antigas instalações da Cegonha virá mais uma infraestrutura, mais uma instituição, o que naturalmente irá densificar o espaço. A reboque daquilo que se passa este ano, tem a ver com a escola do 1º ciclo a Sede nº1 que se encontra em obras de requalificação e que naturalmente os alunos também se deslocaram, o que amplifica ainda muito mais este problema. Eu pedia ao senhor Presidente da Câmara que tivesse uma atenção especial, no sentido de tentar porventura fazer uma intervenção, a normalização daquilo que é o tráfego no sentido de dar melhores condições aos pais, aos profissionais que lá trabalham, este é o primeiro tópico. -----

Em segundo tópico, tem a ver com uma questão do Parque da Devesa, não venho aqui, naturalmente, contrariar a obra toda que é uma mais-valia para Famalicão. Mas há aqui uma coisa que me preocupa senhor Presidente, o senhor também é um assíduo frequentador tal como eu sou e muitos que aqui se encontram, mas é urgente a construção de um Parque Infantil digno. Eu não

posso aceitar ir ao Parque da Devesa com a minha filha que tem meses e poder deixá-la em segurança num parque onde ela possa eventualmente usufruir. Eu vou-lhe dar este exemplo senhor Presidente, porque acho que é um exemplo paradigmático e a Capital da comunidade Valenciana, que tem um investimento e faça-me o favor de poder indagar e escrutinar isto, fez um investimento que eu acho que é das coisas mais extraordinárias em termos de rasgo e de audácia, que foi a deslocalização do Rio que atravessava toda a malha urbana para o exterior e requalificou toda a zona de Rio em parques de usufruto com as várias valências. E só entendo a utilização de um parque com a sua multiplicidade de valências, o espaço é um espaço de usufruto da cidadania e deve em todo o caso comportar todas as infraestruturas que da cidadania fazem parte, e um Parque Infantil é uma coisa que urge. Nós temos vários parques e eu acho uma coisa senhor Presidente, vou partilhar isto consigo porque há dias confrontei um dos funcionários que fazem parte do Parque da Devesa, e preocupou-me a perspetiva e a filosofia que estava por detrás. Eu coloquei várias questões e não tem a ver só com o Parque Infantil mas muitas outras, preocupou-me foi a partida do ponto de base relativamente à conceção do espaço. Eu tenho como conceção do espaço, um espaço de usufruto em todas as suas valências, portanto, eu só tenho esta perspetiva daquilo que é o usufruto, eu lançava o repto não só ao senhor Presidente, a todos os Vereadores responsáveis e também aos senhores Deputados, nesta situação de dar condições de vida, dar condições prementes e de primeira linha a todos os famalicenses. Eu penso que, todos estamos alinhados nesse sentido e portanto, este é necessariamente a minha intervenção e naturalmente pedir-lhe a paciência para estas situações, e se puder dar entretanto uma resposta relativamente, algumas merecerão uma resposta muito tácita, outras eventualmente dar-me-á resposta naquilo que são os projetos que virá trazer a esta Câmara.---

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Deixem-me começar pela última questão sobre um Parque Infantil no Parque da Devesa. É uma questão antiga que se tem falado a miúdo, a minha convicção é que não faz sentido colocar um Parque Infantil no Parque da Devesa e vou-lhe explicar porquê. A Devesa tem um conceito de Família e eu não gostaria de ver na Devesa as Crianças nos baloiços e os Pais noutro sítio qualquer. Felizmente o Concelho e a Cidade têm Parques Infantis, o Parque da Devesa não tem que ter tudo, eu também tenho Filhos, já foram mais pequenos e temos que fazer opções, porventura, o Parque 1º de Maio é um bom Parque Infantil foi remodelado há pouco tempo, aliás com condições únicas, recorde aqui uma proposta salvo erro do Bloco de Esquerda, relativamente à questão da mobilidade reduzida foi salvaguardado um Parque

intervencionado. O Parque de Sinções tem um Parque Infantil, estou a dar-lhe dois exemplos de mais que existem na Cidade com Parques Infantis com boas condições para que os instrumentos clássicos do Parque infantil desde os baloiços aos escorregas a outros mais recentes que existem possam ser frequentados. A Devesa tem uma filosofia, há pouco dizia que era familiar, mas tem uma dimensão ambiental, cultural, eu confesso que gosto de ver as Famílias na Devesa a percorrer o Rio, a visitar a sua fauna, a sua flora, nos percursos com os elementos escultóricos que lá existem, na arqueologia que lá está representada. E portanto, entendo que, essa dimensão da Devesa deve permanecer intacta, foi assim que ela foi concebida, há aqui uma matriz de origem que eu acho que deve ser respeitada e entendo que essas funções que são importantes para as Famílias, os Parques Infantis são muito importantes para as Famílias e eu seria o primeiro a mudar de opinião se não houvesse alternativas, como entendo que elas existem a nossa convicção é que o Parque da Devesa, repito, não deve absorver todas as valências ou serviços que devem existir. Este tema é discutível, há muita gente que pensa de forma diferente, obviamente que sim, já vi que o seu caso é uma das pessoas que pensa de forma diferente, há mais pessoas a pensar de forma diferente, a todos tenho procurado não só afirmar uma posição mas explicar essa posição, não é por acaso que na Devesa há um conjunto, não sei se já foi ao *Ceave*, é um conjunto de serviços educativos ambientais que tem inúmeras iniciativas, não há fim-de-semana algum em que não haja atividades, ou é para descobrirem algum animal, alguma planta, para identificarem uma árvore, são essas atividades para as quais a Devesa está vocacionada. Há aqui uma forte componente cultural, ambiental, histórica, temos uma Casa do Território riquíssima que convido todos a visitar pela referência, pela viagem que nos permite fazer na história do Concelho, não é da Cidade, com referências a muitas áreas do Concelho de Famalicão com exposição permanente e com exposições temporárias, temos centro de estudos ambientais, temos a arqueologia que também lá está sedeadada, temos inúmeras atividades na Devesa. E eu não gostaria de ver, confesso, as Crianças num parque que tem de ser fechado como sabe, não sei se conhece as regras mas tem que ser fechado e os Pais a correrem na Devesa não gostava que isso acontecesse, gostava de ver os Pais a correrem com os Filhos, gostava de ver os Pais sentados num banco a ler um livro com os Filhos, gostava de ver os Pais, os Filhos, os Avós e os Amigos com uma manta a conversarem como se vê noutros Parques no Mundo inteiro. Conheço muitos exemplos, falou num, mas eu conheço muitos outros, ainda recentemente estive num aqui na Península Ibérica muito parecido com o nosso Parque da Devesa, com uma dinâmica de sociedade

de fazer comunidade, obrigar as pessoas a conversarem umas com as outras e não as segmentar, não as fechar umas num lado e outras do outro, são perspetivas eu admito isso. -----

---Quanto à questão da escola, há dois anos as coisas mudaram um bocadinho, não vou dizer que foi a razão principal mas contribuiu, o que aconteceu com outras escolas com ensino a nível secundário o caso de Riba D'Ave, o caso de Vale S. Cosme, o caso do INA e o caso da Alfacoop, contribuiu decisivamente para que houvesse uma mudança nos movimentos das famílias, houve um acréscimo, ele pode ser documentado penso que terá acesso a essa informação, considerável de famílias que não vinham para a Cidade com os seus filhos para estudar e começaram a vir. Isso, pode ter sido a gota que faz transbordar o copo, havia algum equilíbrio e esse acréscimo fez com que as escolas tivessem que se desdobrar em esforços para encontrar soluções para o problema, as contas não devem ser feitas só com as salas de aula, se calhar até é fácil encontrar salas de aula para as crianças todas o difícil é encontrar o resto. E o resto é transportes, é estacionamento para os professores, é condições para que os pais possam tomar para largar os filhos, tudo isso é mais difícil de cumprir. Há aqui um acréscimo que é uma evidência e é uma das razões pelas quais estamos a tentar arranjar soluções alternativas, o que é que estamos a tentar fazer, procurar fazer desfasamento de horários, são vários níveis de ensino nós temos desde o pré-escolar até ao secundário como sabe, é preciso é encontrar desfasamento, porque se todos entrarem à mesma hora, se todos saírem à mesma hora é caótico. Estamos também a proceder a uma intervenção no Parque 1º de Maio, nomeadamente na confluência da escola D. Sancho porque é uma zona das mais preocupantes, penso que falou sobre essa, para que a tomada e largada de crianças possa ser facilitada. Estamos a fazer o que está ao meu alcance, mas o problema agudizou-se com o encerramento de turmas e porventura de escolas ao nível da periferia do Concelho de Famalicão.-----

---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.** -----

E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e vinte minutos. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**-----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças. -----

---Moções apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU. -----

---Votos apresentados pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove.-----

--- Minutas de ata referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove.-----
